



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

25 de outubro de 2017

Ata da Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Siqueira Campos e Paulo Mourão. Após a leitura do Texto Bíblico, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jorge Frederico. Em seguida, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Logo após, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 193/2017, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Mão Amiga de Lagoa da Confusão-TO”; Projeto de Lei número 194/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “altera a Lei número 1.959, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e uso predatório das palmeiras do coco-babaçu, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 198/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.286, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providências”; Projeto de Resolução número 7/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos”; Ofícios oriundos do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Transportes e Obras – Ageto, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.085 a 2.102. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 2.069, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 2.070, de autoria de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e 2.096 e 2.098, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 16/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providencias”, que deu origem ao Processo número 104/2017; 7/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”; 21/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

o Anexo II da Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 161/2017; 27/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui as Unidades Escolares Indígenas que especifica”, que deu origem ao Processo número 143/2017; 28/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a renegociar a operação de crédito que especifica, firmada com o BNDES”, que deu origem ao Processo número 239/2017; 31/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara patrimônio cultural imaterial do povo tocantinense as quadrilhas juninas e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 55/2017; 32/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “ratifica o protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, firmado entre os Estado do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Roraima e do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 225/2017; 53/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “institui o Passeio Ciclístico Ecológico de Ananás e Riachinho-TO, como evento do calendário oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 70/2017; 58/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Barbiero, que “institui no Estado do Tocantins o evento desportivo oficial: “Olimpíadas Estaduais da Pessoa com Deficiência”, (Paraolimpíadas Estaduais”, que deu origem ao Processo número 130/2017; 59/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “institui no Estado do Tocantins a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência”, que deu origem ao Processo número 76/2017; 96/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 129/2017; 114/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal, no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 158/2017; 333/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Institui o Programa Tocantins é limpeza em áreas e logradouros públicos, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 336/2017; 334/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “institui a Semana Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 348/2017; e 115/2016, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui o parcelamento do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor – IPVA em dez vezes”, que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

deu origem ao Processo número 258/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento em comissão de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 149/2017; o qual votado, nominalmente, foi aprovado com treze votos sim, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 2.059, 2.026, 1.989, 1.956, 2.021, 1.934, 2.062, 1.954, 1.933, 1.939, 1.955, 2.022, 2.023, 2.024, 2.044, 2.064, 2.065, 2.025, 2.014, 2.015, 2.016, 2.045, 1.988, 1.938, 1.969, 1.993, 2.007, 2.057, 2.066, 2.067, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 1.912, 1.913, 1.914, 1.915, 2.061, 1.916, 1.917, 1.994, 752, 753, 826, 864, 817, 883, 1.909, 1.910, 1.911, 1.992, 748, 749, 750, 751, 755, 756, 757, 758, 770, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 806, 807, 808 809, 825 e 829, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Elenil da Penha. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

às doze horas e trinta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário